



Informativo



ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA - AEBA

 www.aeba.org.br
 [aeba_associacao](https://www.instagram.com/aeba_associacao)
 aeba@aeba.org.br
 Aeba Associação
  (91) 99194-5898

Frente de Senadores do Norte e Nordeste quer alterar regras dos Fundos Constitucionais

Assistimos com preocupação, na semana passada, a criação de uma frente de Senadores do Norte e Nordeste, que surgiu com a intenção de aprovar um conjunto de medidas no parlamento que levariam supostamente ao fortalecimento da economia e sociedade das regiões.

Achamos bastante legítimo e importante a união dos Senadores em torno das demandas das regiões mais pobres do país, sendo por isso as regiões que exigem maior atenção do governo federal. Mas entendemos que algumas das demandas apresentadas no documento precisam ser tecnicamente melhor entendidas, caso contrário, os efeitos podem contraditar as expectativas.

Falamos especificamente das medidas que envolvem os Fundos Constitucionais (FNO, FNE e FCO), conforme descritas no Projeto de Resolução n. 48 do Senado Federal que criou a frente, seriam duas as propostas de alterações na regulamentação dos fundos:

“III - Unificar os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento que poderiam ser democraticamente operados por qualquer banco oficial e pelas cooperativas de crédito com participação dos governadores na definição das diretrizes de alocação”

“IV - Apresentar projeto de lei que permita que uma parcela de no máximo 20% dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento possa ser emprestada para os estados financiarem investimentos e, infraestrutura, inclusive sob a forma de consórcios entre esses entes da Federação”.

As demais pautas da frente expressam verdadeiras necessidades das regiões, como o investimento em logística pelo governo federal, o aval da união para os estados (já em debate na PGFN), a perenidade do FUNDEB etc. Porém, ao propor mexer nos FC's, os Senadores podem estar aderindo a propostas que não refletem os desejos de conjunto das duas regiões, mas apenas interesses particulares.

Dizemos isso por que os Fundos Constitucionais são a parte da realidade da ação do Governo Federal nas regiões Norte e Nordeste que tem tido ENORME ÊXITO. Tanto o Banco da Amazônia quanto o BNB, tem gerido e operado os fundos de tal forma que TODOS os atores econômicos das regiões têm sido atendidos com projetos de qualidade, acompanhados em sua execução e com elevado impacto na geração de ocupações e empregos e na arrecadação fiscal dos próprios estados. Reduzir aplicações dos Fundos é reduzir a capacidade de arrecadação dos estados. Além disso, os fundos são uma rara fonte de recursos para o setor privado. Reduções dos investimentos do setor privado terão um efeito direto na economia das regiões.

A proposta de unificação dos Fundos leva, na verdade, ao fim da política de desenvolvimento regional e pode levar à extinção do Banco da Amazônia e do BNB. A unificação retira a possibilidade de uma gestão centralizada dirigida por metas de equilíbrio econômico e social em termos inter-regionais, ou seja, unificar os fundos é tirar o foco no desenvolvimento da Amazônia e do nordeste. Entendemos que tanto o BASA quanto BNB tem feito um trabalho de excelência na gestão dos recursos, o que em nada justifica essa proposta.

Esta proposta também trás embutida um velho debate sobre a descentralização da operação dos fundos. A ampliação da operação para outros Bancos e cooperativas levaria a uma perda da eficiência efetiva do uso dos recursos, bem como à perda de aderência a um projeto, a uma visão de futuro das regiões. Além disso, os demais Bancos Federais, cooperativas, e agências de fomento não têm a experiência e a estrutura para essa operação. Essa transferência vai fragilizar a operação e deixar espaço para o uso político eleitoral dos recursos dos fundos.

A proposta de financiamento do setor público, por outro lado, não nos parece tão problemática. Certamente, BASA e BNB possuem capacidade técnica e gerencial para garantir a destinação dos recursos e para selecionar, analisar e acompanhar projetos no âmbito dos entes da federação.

Uma visão parcial contamina a discussão.

Nesse processo, a fala da Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) expressa uma visão parcial, equivocada e desinformada do trabalho que o Banco da Amazônia desenvolve, inclusive em seu próprio estado, que absorve quase dois Bilhões de recursos, por ano, do FNO e viveu nos últimos anos uma verdadeira revolução agropecuária, cuja base está a atuação financeira do BASA e do FNO.

É quase certo que a Senadora atua movida por interesses próprios e não é a primeira vez que ataca o BASA. Sua fala em relação ao Banco, porém, é certamente infundada e isolada e não reflete a visão de conjunto dos Senadores da região Norte.

A AEBA está preparando um conjunto de ações visando discutir esses itens da pauta dos Senadores para que, de forma técnica e positiva, tentar demonstrar que as mudanças propostas para os fundos não terão o efeito desejado e que o que precisa ser feito é fortalecer os fundos, o BASA e o BNB, ampliar suas redes e suas estruturas de atendimento, melhorar sua rentabilidade na operação e, então vai se verificar uma ampliação dos efeitos econômicos da gestão dos fundos para todos nas regiões Norte e Nordeste.

Em Defesa do FNO.
Em Defesa do Banco da Amazônia.